

CPI começa a investigar corrupção no Executivo

Ana Araújo

A CPI do Orçamento começa hoje sua quarta semana de investigações, voltando-se para o lado do Executivo. Os parlamentares suspeitam de envolvimento de funcionários do Governo no esquema de corrupção que desviou grande parte das verbas públicas nos últimos cinco anos. Para começar, será necessário buscar informações sobre os ordenadores de despesas dos ministérios, sem os quais, segundo avaliação de especialistas, seria impossível completar-se o esquema denunciado no escândalo do Orçamento. "A próxima semana será do Executivo", definiu um dos mais atuantes deputados da comissão.

Integrantes da CPI se deram conta de que o esquema de corrup-

ção em torno do Orçamento não poderia existir sem a conivência daqueles funcionários que, nos ministérios, são os responsáveis pela distribuição dos recursos, os chamados ordenadores de despesas. "As empreiteiras e outras prestadoras de serviços que vivem dos trabalhos que prestam ao Governo se dispõem a pagar pedágios a cada etapa da liberação das verbas. É assim que se alimenta uma sofisticada rede de corrupção", revela um ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda. O mesmo acontece com as verbas que não são para empreiteiras, mas despertam o interesse dos parlamentares.

Isto não significa que a CPI já considere concluído o trabalho no que diz respeito à investigação do Legislativo. Mas acredita que boa parte dele já andou e que muito agora terá que ser feito pelo simples cruzamento de dados fornecidos pelo Banco Central. Não se afasta, também, a hipótese de um dos parlamentares envolvidos do esquema

de corrupção denunciar seus companheiros nas fraudes, criando assim uma prova testemunhal que venha a eliminar vários passos da investigação.

Carreira — "É só o primeiro acusado começar a abrir as informações, que fechamos", avalia um dos parlamentares da CPI. Na interpretação da CPI, boa parte dos parlamentares denunciados já pode dar como encerrada sua carreira política. Além de enfrentar a rejeição do eleitorado, os denunciados não mais contarão com o apoio político.

Embora a CPI não tenha poderes para aplicar penalidades, um dos mais influentes membros da comissão acredita que os três cheques, no valor global de US\$ 51 mil, recebidos pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e a movimentação de mais de US\$ 1 milhão em contas bancárias, entre 1989 e 1990, são elementos suficientes para liquidar a carreira política de Ibsen.



João Bosco volta atrás em seu depoimento sobre prêmio da loteria e irrita membros da CPI